

O Formicida Capanema e os Privilégios Industriais no Império Brasileiro

Nadja Paraense dos Santos (PQ)

nadja@iq.ufrj.br - LabMMol – Departamento de Química Orgânica – Instituto de Química - UFRJ

Palavras Chave: *História da Química no Brasil, Guilherme Schuch de Capanema, Patentes, Formicida.*

Objetivo

Em nosso trabalho procuramos traçar as pesquisas realizadas por Guilherme Schuch de Capanema (1824-1909) e a sua luta junto à Assembléia Legislativa para manter o monopólio na produção e comercialização do dissulfeto de carbono, principal componente de seu produto, o Formicida Capanema.

Introdução

Em 1882, a lei nº 3129 de 14 de outubro – “*regula a concessão de patentes aos autores de invenção ou descoberta industrial*”, diferenciando, pela primeira vez, o rito de concessão dos pedidos que tenham como objeto produtos alimentares, químicos ou farmacêuticos, frente aos demais campos tecnológicos, exigindo a realização de exame prévio como condição para obter o privilégio.

O levantamento do perfil das patentes concedidas na área da química, tendo como base as concessões do período entre 1830 e 1891, aponta a existência de um sistema contemporâneo e aderente às necessidades da economia agrícola. Ao nos determos no problema da extinção das formigas saúvas, foram contabilizadas 25 patentes, a maioria destinada a eliminar a praga que assolava os cafezais, com líquidos, gases, vapores e massas¹. Dentre as quais o Decreto nº 5357, de 23 de julho de 1873², que garantia a Guilherme Schuch, Barão de Capanema o privilégio para a produção de dissulfeto de carbono, comercializado sob o nome de “Formicida Capanema”.

Resultados e Discussão

As primeiras pesquisas sobre as propriedades inseticidas do dissulfeto de carbono ocorreram quando Capanema investigava os métodos mais adequados no combate ao gorgulho do feijão, os resultados foram apresentados na 1ª Exposição Nacional de 1861.

Amigo de infância de D. Pedro II e de grande influência na Corte, Capanema – engenheiro, físico, geólogo, botânico, professor da Escola Militar, no Rio de Janeiro, e químico – era uma figura polêmica de seu tempo. Formou-se na Politécnica de Viena através do patronato do Imperador, recebendo posteriormente o título de barão. Foi responsável pela instalação da telegrafia no Brasil (1852), tendo sido

nomeado Diretor Geral dos Telégrafos (1855). Além desse cargo e de suas atividades de professor, Capanema realizou outros empreendimentos, como a construção da primeira fábrica de papel do Brasil, a Fábrica Orianda (1852) em Petrópolis (Rio de Janeiro).

Capanema enfrentou uma longa batalha junto à Câmara dos Deputados³ para a manutenção de seu privilégio de fabricar o dissulfeto de carbono.

As discussões na Câmara dos Deputados sobre o assunto foram inflamadas, o projeto foi discutido em seis sessões, onde os deputados debateram assuntos diversos, entre os quais a diferença entre introdutor e inventor, o histórico da descoberta do dissulfeto de carbono, a composição do formicida e a prática da concessão do privilégio ao invés do prêmio pecuniário que o introdutor de uma nova indústria no país tinha direito.

Após ter estabelecido três fábricas para a produção de seu formicida [uma na cidade do Rio de Janeiro (Ilha do Governador), outra em Rodeio (atual município de Paulo de Frontin, RJ) e uma em Salvador (Bahia)], Capanema perdeu, na prática, a vigência de seu privilégio na década de 80, quando se intensificaram as concessões de patentes para formicidas e para processos de extinção de formigas, alguns à base de dissulfeto de carbono.

Conclusões

A presente pesquisa ainda está em andamento. Os documentos analisados até o momento mostram o intenso debate em torno da questão dos privilégios industriais no país.

¹ Assumpção, E.: *A Patente de Química no Brasil*. www.geocities.com/prop_industrial, consultado em agosto de 2005..

² Brasil. Leis do Brasil – 1808 a 1889.

³ Anais da Câmara dos Deputados do Brasil, 1878 a 1882.